

# Imagens breves do republicanismo nos textos de imprensa de Eça de Queirós

ANA TERESA PEIXINHO \*

## **Considerações prévias**

Eça de Queirós morre, prematuramente, em 1900, dez anos antes da implantação da República em Portugal. Não podemos, portanto, ter uma ideia concreta e segura de como teria reagido à mudança de regime, que julgamento haveria feito ou que partido haveria tomado. No entanto, ao longo da sua vasta obra, é possível rastrear um conjunto de ideias, dispersas e fragmentárias, que nos permitem captar a posição do escritor face à República, ao republicanismo e ao partido republicano. Aquilo que escreveu em vida, tanto no plano ficcional, como na imprensa do seu tempo, funciona, assim, como um repositório de ideias, opiniões, pareceres e sentimentos, que, lidos de forma conjunta e cruzada, nos dão uma percepção mais ou menos clara da evolução do pensamento político do escritor. Esta é, aliás, na nossa opinião, uma marca indelével da sua maneira de estar no mundo: Eça sempre recusou encerrar-se em doutrinas estanques ou pensamentos fechados, tanto no que diz respeito a princípios estéticos e ideológicos, como no que se refere a princípios políticos.

---

\* Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigadora do CEIS 20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra.

Neste artigo, centraremos a nossa atenção sobretudo nos textos de imprensa do escritor, uma vez que essa vasta produção queirosiana é aquela que tem sido menos trabalhada pelos especialistas, e acreditamos que o seu valor histórico, cronotópico e até estético merece uma análise ponderada e cuidada. Por outro lado, a sua dimensão de textos de imprensa projecta a faceta pública do escritor e os modos como activamente participou na construção de um espaço público, à data ainda bastante fechado e elitista.

Como é sabido, à semelhança de tantos outros escritores do seu século, Eça de Queirós foi um escritor-jornalista, assumindo na perfeição o papel dos homens de letras oitocentistas. A sua vasta produção em jornais e revistas da época estende-se diacronicamente, desde o início da sua carreira literária e apenas culmina aquando da sua morte. A título meramente exemplificativo, podemos verificar que em 1866, se estreia como folhetinista dominical na *Gazeta de Portugal*, dirigida por Teixeira e Vasconcelos, aí publicando textos de géneros diversos, que o seu amigo Luís de Magalhães editou em livro, postumamente, em 1903, dando-lhes o famoso título de *Prosas Bárbaras*<sup>1</sup>. Um ano depois, foi convidado para dirigir e redigir, totalmente sozinho, um jornal oposicionista em Évora – *Distrito de Évora* –, actividade que o ocupou por sete meses, ao longo dos quais consegue, de forma magistral, garantir a periodicidade do jornal, escrevendo todas as suas secções. Depois desta experiência de verdadeiro jornalismo, Eça de Queirós foi sempre colaborando nos jornais e revistas do seu tempo, quer através de crónicas epistolares que escrevia do estrangeiro, como fez para o jornal *A Actualidade* do Porto, entre 1877 e 1878, ou ainda para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, prestigiado jornal carioca, para o qual Eça enviou dezenas de textos ao longo de dezassete anos, nas décadas de 80 e 90; quer ainda através da publicação de inúmeras cartas públicas em variados jornais, desde o *Diário de Notícias*, até revistas como *A Renascença*, passando pelo *Jornal da Manhã*, *A Ilustração*, pelo *Diário Popular*, pelo *Jornal do Comércio*, entre outros. Além disso, não esqueçamos o seu empenho em publicações como *As Farpas* ou, muito mais tarde, o seu envolvimento no grande projecto d'*A Revista de Portugal*.

Ora, é precisamente nestas páginas de imprensa que encontramos pequenos apontamentos do escritor sobre República, republicanismo e republicanos. Longe de poderem ser classificados como textos doutrinários aprofundados ou sistemáticos, os escritos que Eça nos deixou acerca do tema são fragmentos do seu pensamento, opiniões livres e sempre críticas, plasmadas em registos suficientemente informais. Será através da sua leitura crítica que tentaremos erigir o esboço de um pensamento republicano queirosiano, que nos poderá permitir conjecturar sobre a sua reacção ao 10 de Outubro, caso a vida lho houvesse consentido.

No entanto, adiantamos já que os posicionamentos queirosianos no que a este aspecto diz respeito não são muito assertivos ou contundentes, oscilando muitas vezes, como em tantas outras áreas socioculturais, e ostentando uma evolução clara. Bastará pensarmos que, no final da década de 70, Eça aceita colaborar como correspondente do jornal *A Actualidade*, criado com o intuito de se fundar o centro eleitoral republicano<sup>2</sup>, em Fevereiro de 1874, e que teve, na nossa opinião, um tempo de vida considerável, sobretudo tendo em conta as aparições meteóricas de alguns jornais e revistas da época: durou cerca de dezassete anos<sup>3</sup>, tendo-se extinguido em 1891, coincidentemente o ano em que se aborta a revolução republicana:

A revolta militar do Porto do dia 31 de Janeiro de 1891 entrou na história do Partido Republicano Português como a sua mais importante ousadia antes do 5 de Outubro de 1910. (Mattoso, 1994: 187)

Apesar de, nas crónicas epistolares aqui publicadas, não se encontrar nenhuma referência à República, nem directa nem indirecta, era muito natural que Eça conhecesse a linha editorial do periódico, bem como muitos dos seus colaboradores. Como veremos, não é o mesmo Eça que escreve o texto «Novos factores da política portuguesa», para a sua *Revista de Portugal*, na década de 90, em que se declara frontalmente contra o novo regime.

### **Acusações refutadas...**

Conhecendo-se a propensão epistolar em Eça de Queirós, não é de estranhar que uma das fontes utilizadas neste pequeno estudo seja precisamente o seu epistolário. Do vasto leque de cartas que Eça nos legou, existe um pequeno conjunto de dezoito epístolas<sup>4</sup> que têm a particularidade de integrar o grupo das cartas públicas do autor, na sua maioria publicadas na imprensa da época e dirigidas a conhecidos membros da sua geração. Trata-se de um conjunto de cartas cuja análise nos levaria a perceber algumas questões fundamentais: a importância da carta pública na circulação das ideias do autor e o seu interesse documental para a história da ideologia queirosiana, bem como o seu valor ilustrativo quanto aos modos como Eça se relacionou com diferentes homens do seu tempo, ou quanto ao tipo de discurso adoptado, as temáticas privilegiadas, as motivações que presidiram à sua redacção e publicação...

Em termos cronológicos, estas cartas estendem-se diacronicamente pela vida e pela obra do autor, sendo que a primeira – a «Carta a Carlos Mayer»<sup>5</sup> – é escrita

e publicada em 1867 e a última<sup>6</sup> – a carta dirigida à Comissão Directora do *Anátema* – data de 1890. Quer isto dizer, portanto, que Eça privilegiou claramente, ao longo da sua vida, o modo epistolar, como forma de comunicar com os diferentes destinatários, mas também com o público leitor, aproveitando esses momentos de escrita pública para abordar conteúdos de natureza muito diversificada, temas doutrinários e assuntos polémicos:

[...] deve dizer-se que a forma epistolar parece sempre ter seduzido Eça: logo na sua juventude, um dos folhetins da *Gazeta de Portugal* assume a feição de carta a Carlos Mayer; depois disso, são frequentes os episódios epistolares nos romances queirosianos; em diversas ocasiões o escritor recorreu à carta pública (divulgada nos jornais) para expressar os seus pontos de vista, normalmente no decurso de polémicas; textos doutrinários importantes, designadamente prefácios, são elaborados como cartas [...]. (Reis, 2000: 103)

Por outro lado, dada a distância que o separava do país e dos amigos, devido aos constrangimentos profissionais inerentes à sua carreira diplomática, o recurso à carta era a escolha natural de alguém que passou a maior parte da sua vida longe do país de origem; mas foi também, na nossa opinião, uma hábil estratégia de o autor marcar uma presença assídua na imprensa do seu tempo, utilizando-a como meio de afirmar os seus posicionamentos, os seus juízos, e mantendo-se, desse modo, próximo de um fórum de discussão do qual se encontrava fisicamente afastado. Aliás, a história da imprensa do século XIX confirma precisamente o valor dos jornais como tribunas públicas, utilizadas pelos homens de letras, escritores e/ou políticos, para se afirmarem no espaço público.

No conjunto das suas cartas públicas, encontramos duas que nos interessa aqui explorar, publicadas no *Jornal do Comércio* e no *Diário Popular*<sup>7</sup>. Na verdade, são cartas que funcionam um pouco à semelhança das intervenções sob a figura do Direito de Resposta: sentindo-se lesado por notícias a seu respeito, Eça exige que a verdade dos factos se reponha.

Ressalvadas as devidas distâncias temporais, é importante que se atente na definição da figura do Direito de Resposta proposta por Vital Moreira, e segundo a qual o direito de resposta é um «poder, que assiste a todo aquele que seja pessoalmente afectado por notícia, comentário ou referência saída num órgão de comunicação social, de fazer publicar ou transmitir nesse mesmo órgão, gratuitamente, um texto seu contendo um desmentido, rectificação ou defesa» (Moreira, 1994: 9). Esta figura institucionalizou-se em Portugal, pela primeira vez, com a Lei de Imprensa de 10 de Novembro de 1837, que, no seu artigo 9.º, decreta que «toda a pessoa que directa ou indirectamente se julgar ofendida num periódico terá direito

a exigir do editor a inserção de uma resposta, contando que não exceda mil letras, ou o dobro de todo o artigo que contiver a ofensa» (*apud* Carvalho *et al.*, 2003: 221). Quer isto dizer, portanto, que, embora não possamos afirmá-lo com certeza, estas cartas queirosianas constituem à partida exemplos que podem enquadrar-se neste instrumento legal do direito de resposta ou de rectificação. Aliás, não era incomum as cartas ao director e o correio dos leitores assumirem a função de meios de protesto e de resposta, configurando-se como estratégias paralelas à lei, mas com os mesmos objectivos.

Supomos, portanto, que estas cartas de Eça aos directores do *Jornal do Comércio* e do *Diário Popular* são exemplos de como o escritor pôde, através de textos epistolares, exercer o direito de resposta, sempre que se sentiu lesado por notícias imprecisas ou falaciosas. Por outro lado, e sabendo-se que o direito de resposta também tem uma outra vertente, situando-se no «âmbito do direito à imprensa» (Carvalho *et al.*, 2003: 220), podemos considerar que estas intervenções de Eça lhe possibilitavam o acesso às páginas dos jornais, intervindo publicamente em polémicas e assuntos públicos em que estaria empenhado. Colocando-nos na perspectiva dos jornais, este tipo de intervenção pública também contribuía para credibilizar o jornal, diversificando as perspectivas da informação e revelando preocupação com o rigor e a veracidade jornalísticos<sup>8</sup>.

No caso da carta ao director do *Jornal do Comércio*, de 4 de Maio de 1871, Eça responde a uma notícia, saída a 2 de Maio, que o dava como fundador de um clube republicano na Rua da Prata, negando, com veemência, qualquer envolvimento nessa actividade. Nesse mesmo dia, numa outra carta dirigida ao director do *Diário Popular*, Eça, em conjunto com Ramalho, escreve uma carta de protesto em relação a um boato que se «espalhava», dando como republicanas *As Farpas*. Estes protestos constituem, pois, uma reacção textual a notícias cujo grau de verdade é posto em causa; são, portanto, cartas que entram em diálogo com os conteúdos do próprio jornal, através das quais o seu subscritor apresenta a sua versão dos factos, sempre em nome da verdade e da justiça. Como Eça faz questão de referir, na carta publicada no *Jornal do Comércio*, a sua intervenção não decorre de constrangimentos políticos ou de «pavor constitucional», mas simplesmente de uma vontade de repor a verdade:

Rogo a V. tome nota desta negativa enérgica, que eu faço todavia sem pavor constitucional, e unicamente para estabelecer a verdade: pelo mesmo motivo, se V. noticiasse que eu ia fundar uma camisaria protestaria igualmente porque não é verdade. (Queirós, 1973: 81-82)

Trata-se de cartas dirigidas aos directores de dois periódicos – *Jornal do Comércio*, a 4 de Maio de 1871<sup>9</sup>, e a carta da mesma data dirigida ao redactor do

*Diário Popular*, assinada por Eça e por Ramalho Ortigão<sup>10</sup> –, em que Eça se defende de uma mesma acusação, a sua identificação com o embrionário movimento republicano: na primeira, nega categoricamente ter participado na fundação de um clube republicano em Lisboa; na segunda, contesta o boato que apontava para o substrato ideológico republicano d'*As Farpas*. Na nossa opinião, estas «falsas» notícias não surgem por acaso, nem é coincidência o facto de serem contemporâneas da publicação d'*As Farpas* ou da realização das Conferências do Casino.

Deste modo, estas intervenções públicas de Eça, muito pontuais e circunstanciadas, resultam de uma vontade de negar categoricamente o seu envolvimento em factos de cariz político que lhe são injustamente imputados. Factos que ocorrem em momentos particularmente sensíveis, quer do ponto de vista histórico-cultural, quer do ponto de vista da vida do próprio escritor. Senão, vejamos: em Maio de 1871, estamos nas vésperas da realização das Conferências do Casino, que, como é do conhecimento geral, constituem um marco de afirmação importantíssimo para a Geração de 70, da qual Eça fazia parte; também é o tempo que antecede a publicação d'*As Farpas* de Eça e de Ramalho, com os seus propósitos reformistas e satíricos. Trata-se de um período conturbado, tanto a nível nacional como internacional, em que, finalmente, a geração germinada em Coimbra, que disputara a célebre Questão Coimbrã, vem a público afirmar os seus propósitos e as suas exigências: a década de 70 em Portugal é «aquela em que ocorrem as Conferências do Casino mas sobretudo aquela em que a geração que as levou a cabo se afirma como grupo cultural activamente interventor na nossa vida pública» (Reis, 1990: 29). Não esqueçamos que a Comuna de Paris foi «proclamada [...] em 18 de Março de 1871 e ainda se combatia nesta cidade quando em 29 de Abril apareceu o primeiro anúncio na *Revolução de Setembro* dizendo que num dos salões públicos de Lisboa se iam efectuar conferências políticas e sociais» (Saraiva, 1995: 42).

De facto, as Conferências do Casino, cujo programa é divulgado em Maio de 1871 e subscrito por Antero, Adolfo Coelho, Augusto Soromenho, Eça, Germano Meireles, Teófilo Braga, Oliveira Martins, entre outros, constituem um importante marco para a história ideológica e cultural da segunda metade do século XIX, sendo o produto heterogéneo e livre de um grupo de jovens que lutava contra o cinzentismo, a indiferença, a apatia e o desfasamento do país em relação à Europa. Como explica Carlos Reis, as linhas orientadoras da Geração de 70, «nem sempre convergentes ou harmoniosamente congraçadas, tentam ser alternativas para a apatia ideológico-social em que estagnara a Regeneração, apatia que será, por espírito de rebeldia e ânsia de renovação, uma das grandes motivações das Conferências» (Reis, 1990: 46).

É sabido que o substrato ideológico socialista das Conferências tem profundas relações com o movimento republicano, em germinação desde há algumas déca-

das e que se solidifica com a criação do Partido Republicano, em 1873. O próprio Eça, num texto publicado na *Revista de Portugal* em 1890, explica de que forma as Conferências do Casino foram programadas e idealizadas num clube republicano, formado no final da década de 60, mas muito efémero e fugaz:

Era um club de humanitários e de idealistas, donde apenas saiu um acto prático, as conferências chamadas do Casino, instrumento de propaganda que tinha naturalmente mais de literária do que de política. (Queirós, 1995: 84)

João Medina considera mesmo que o republicanismo funciona como «uma espécie de duplo ou de gémeo uterino» do socialismo, assumido por todos os jovens conferencistas. Aliás, o autor realça o facto de Bordalo Pinheiro, na caricatura das Conferências publicada n'*A Berlinda*<sup>11</sup>, representar o grupo dentro de um barrete frígido «símbolo tão claro da República» (Medina, 1984: 16 e ss.). Como, aliás, a análise de Eça no texto citado deixa perceber, ao afirmar a fusão desse clube no movimento socialista:

O Club da Rua do Príncipe morreu de inanição, e este ensaio jacobino fundiu-se ou perdeu-se no movimento socialista que, aí por 1871 e 72, ainda sob a iniciativa do sr. Fontana e doutros, englobou em si uma considerável porção da classe operária de Lisboa. (Queirós, 1995: 85)

Assim, a tese defendida por João Medina secundariza a importância desse ideal republicano, em função do fundo socialista proudhoniano de que Antero era o símbolo máximo:

Republicanos são quase todos eles, os moços de 71, mas são sobretudo fiéis ao socialismo, e nesse preciso vector muitos se hão-de afirmar ou reafirmar, mesmo quando, como Fuschini, ingressarem no «establishment» da Realeza. (Medina, 1984: 17)

Além do mais, como explica António José Saraiva, «os jornais conservadores relacionavam as Conferências com os acontecimentos que ameaçavam a ordem na Europa, não só em Paris, mas na Itália e na Espanha» (Saraiva, 1995: 44). Quer isto dizer, portanto, que a realização das Conferências, bem como a publicação d'*As Farpas*, eram entendidas como actividades subversivas, que punham em perigo a ordem estabelecida, abrindo o país à entrada de ideias europeias, entre elas o socialismo e o republicanismo. Também Álvaro Manuel Machado afirma que a oposição socialismo/republicanismo é intrínseca à Geração de 70, levando mesmo a uma cisão no seio da própria geração:

Por um lado, os socialistas utópicos como Antero, e, de certo modo, Eça de Queirós; por outro, os partidários do republicanismo pequeno-burguês, como Teófilo Braga, Guerra Junqueiro e o próprio Ramalho Ortigão [...]. (Machado, 1998: 28)

Relativamente ao boato que dava *As Farpas* como publicação republicana, a que Eça faz referência na carta enviada ao director do *Diário Popular*, ele teria algum fundamento se ocorresse uns anos mais tarde, com *As Farpas* de Ramalho, em que, segundo Álvaro Manuel Machado, «se revela o republicanismo pequeno-burguês» do autor «tornado discípulo do futuro presidente da Primeira República portuguesa, Teófilo Braga»: o anticlericalismo de Ramalho, os ataques à decadência do regime monárquico e a insistência no tema do colonialismo são evidentes manifestações do «republicanismo pequeno-burguês de Ramalho» (Machado, 1998: 32-38).

Deste modo, é de crer que Eça se tivesse sentido atingido, ao perceber que um projecto reformista e pedagógico como *As Farpas*<sup>12</sup> adquirira o rótulo redutor de republicano. Como explica Carlos Reis, este é «um projecto de mais amplo fôlego, projecto em que o tom crítico, sarcástico, por vezes de efeito cómico, acompanha um propósito de índole pedagógica, apontando para a reforma de costumes e mentalidades na política e no ensino, na literatura e no teatro, na vida religiosa e na diplomacia» (Reis, 1990: 30).

Ora, seria excessivo afirmarmos convictamente o republicanismo de Eça de Queirós, embora as suas posições ideológicas, neste domínio, permitam algumas especulações, nomeadamente algumas *Farpas* iniciais. No entanto, basta que percorramos alguns textos da sua obra ficcional e cronística para percebermos o distanciamiento explicitado em relação ao republicanismo.

Como demonstra João Medina, ao percorrer a galeria de personagens romanescas queirosianas representativas dos ideais republicanos, Eça constrói sempre tipos interesseiros e frustrados:

[...] seja como for, é aqui, n'A *Capital*, que Eça examina o grupo dos republicanos com maior acuidade e menos complacência, reunindo-os em torno do triste clube da Rua do Príncipe, onde os vemos divididos [...], fúteis, balofos, [...] azedos, nada fraternos, desconfiados [...], palavrosos e cheios de inconfessáveis ambições pessoais. (Medina, 1984: 299)

### A visão disfórica da República Francesa

Saindo do domínio romanesco, que, por ser ficcional, não assegura com fidelidade o pensamento do próprio autor, debruçar-nos-emos sobre algumas cróni-



cas epistolares publicadas anos mais tarde no jornal brasileiro *Gazeta de Notícias*, enviadas de Paris, onde Eça era cônsul.

A imagem da França que o cronista faz ecoar junto dos seus destinatários brasileiros não tem o brilho, nem a grandeza, nem o *glamour* da imagem mítica do país que, pelo menos durante as décadas anteriores, a Geração de 70 difundiu e, em parte, ajudou a criar. A título de curiosidade, lembramos que Ramalho Ortigão escreve, em 1868, um conjunto de impressões de viagem sobre Paris, onde afirma, no texto «A Parisiense»:

Aí [Paris] refervem em portentosa e fascinadora ebulição de luz e harmonia todas as aspirações elevadas acima do nível usual, todo o trabalho, todos os talentos e todas as glórias, todos os deleites finalmente – se querem que lhes chame assim – provenientes da vitória conquistada nas maiores lutas em que pode entrar a inteligência, comunicada de Deus à humanidade dispersa no mundo, e convergindo toda para esse ponto culminante de civilização cuja imagem palpável e visível é Paris. (Ortigão, 2006: 105-106)

Recordemos que, na opinião de Álvaro Manuel Machado, para Eça e esta geração, o «francesismo» funcionou como uma espécie de último reduto para o atraso português:

[...] o atraso histórico relativamente à França é sentido como um atraso, mais do que ideológico, civilizacional, tornando-se o conceito de civilização puramente mítico, um mito de que Paris é o centro, opondo-se ao conceito igualmente mítico da já fatídica decadência nacional. (Machado, 1984: 59)

Notoriamente predisposto a reanalisar a imagem de França, retirando-lhe a auréola mítica e luminosa, nestas crónicas epistolares Eça faz questão de comentar os seus aspectos mais negativos. A carta de abertura da correspondência parisiense, publicada a 14 de Julho de 1893, em *Ecos de Paris*, é significativa no que a esta matéria diz respeito. Aqui encontramos, através do recurso a um estilo deambulatório, um conjunto de factos da actualidade – desde uma corrida de cavalos, até novidades da nova moda de Verão – que ilustram certos aspectos da vida parisiense. No entanto, na narração de todos os episódios, o cronista aproveita para deixar pequenas farpas na sociedade francesa: quer seja o peso da aristocracia na tribuna republicana do *Grand-Prix*, quer seja a ineficiência dos transportes parisienses, a propósito da greve dos cocheiros, quer seja ainda a leviandade com que o Estado manda erguer estátuas aos seus grandes homens, esquecendo escandalosamente Victor Hugo ou Balzac. Quer isto dizer, portanto, que esta primeira carta permite antever a perspectiva do correspondente, já não um português deslumbrado com

a capital francesa, mas alguém que precisamente se encontra num processo de revisão e de desmontagem dessa imagem idealizada, contando para tal, não só com a leitura da imprensa francesa, algumas vezes citada nas cartas, nomeadamente *Le Figaro*, mas sobretudo com a experiência de vida no país.

Esse desencanto que Eça quer transmitir aos leitores brasileiros projecta-se nas diversas imagens captadas para as suas cartas, sejam elas provenientes do universo político, social ou cultural. Do ponto de vista político, França vivia tempos conturbados e de indefinição, com uma República enfraquecida e um sistema democrático doente: esta é pelo menos a visão que o correspondente transmite em alguns dos seus textos.

A 27 de Setembro de 1893, num dos «ecos», a propósito de umas eleições em França, Eça comenta como o sufrágio baniu do Parlamento todos aqueles que defendiam a moral, a eloquência e a rectidão, valores que, portanto, se encontram banidos do sistema político francês. Toda a crónica assenta na ironia e é através dela que captamos o alcance da crítica queirosiana, segundo a qual a Democracia afastava da República todas as mentes pensantes e, portanto, incómodas, de filósofos, ideólogos, oradores e artistas, transformando a Câmara numa «longa planície, produtiva, e chata, sem uma eminência, uma linha que se eleve para as alturas, moinho torneando ao vento ou torre airosa donde voem aves» (Queirós, 2002: 387). Sublinhe-se que a ironia do correspondente não afecta o sistema em si mas os homens que o constroem, nomeadamente os da classe política de quem tinha uma imagem verdadeiramente negativa. Talvez por isso, no dia 13 de Janeiro de 1894, escolha um incidente político recente – a recusa do senhor Barthou em aceitar uma pasta ministerial, declarando-se inabilitado para a função – para desenvolver um perfil do político moderno, possuidor de um saber universal e de aptidões inatas. Diz o correspondente:

Esta confiança dos políticos em si próprios terminava por se comunicar ao público. E todos nós, desde que Fulano era eleito deputado, ficávamos certos de que, tocado de uma luz divina, da língua de fogo, como os apóstolos, ele poderia, se não falar todos os idiomas, pelo menos dirigir, sob todas as formas, os grandes serviços públicos da sua terra, e indiferentemente, segundo as circunstâncias, salvar as finanças ou comandar as frotas. (Queirós, 2002: 426-427)

Sabemos que as demolidoras críticas à classe política são recorrentes na obra do autor, tendo mesmo dado origem a famosos tipos da galeria queirosiana, como o Conde de Abranhos, da obra homónima, ou Pacheco, d'A *Correspondência de Fradique Mendes*. O que estas cartas parisienses vêm comprovar é um alargamento dessa crítica aos políticos europeus, mesmo àqueles dos países civilizados que já

tinham adoptado o regime republicano, como era o caso de França. Os republicanos franceses eram, na opinião do cronista, incapazes de transmitir ao povo uma imagem de solidez e uma definição de objectivos, preferindo estabelecer ligações com governos totalitários, como a aliança franco-russa ilustra. Até mesmo os valores da Revolução Francesa se encontram lamentavelmente perdidos e esbatidos.

Em duas ocasiões, nesta correspondência, Eça faz questão de mostrar a alienação do povo parisiense relativamente à memória histórica da Revolução de 1789. A 13 de Agosto de 1893, publica em *Ecos de Paris* uma crónica sobre os festejos do 14 de Julho, que começa da seguinte forma:

Paris está amuado com a República. E, para mostrar bem visivelmente o seu despeito, não embandeirou, não iluminou, não dançou, e não berrou, na festa nacional de 14 de Julho. Nunca tivemos, com efeito, um 14 de Julho mais silencioso, mais apagado, mais vazio, mais descontente [...]. (Queirós, 2002: 365)

E se é certo que, em parte, justifica esta indiferença popular pelo facto de a mensagem ideológica da Revolução nada dizer ao povo que é essencialmente individualista, também não deixa de apontar como motivo fundamental a falta de carisma dos homens da República, pois que, «para que a República pudesse ter uma grande festa, devia organizá-la em favor de um grande republicano. Mas aí é que está a dificuldade. Qual grande republicano? Nenhum reúne a admiração unânime» (Queirós, 2002: 368).

Três anos mais tarde, em 1896, numa das *Cartas Familiares de Paris*<sup>13</sup>, Eça de Queirós publica «A Propósito de Thermidor». Partindo de um facto da actualidade – a encenação da peça *Thermidor* de Victorien Sardou, que cinco anos antes havia sido censurada por pôr em causa a República e a Liberdade –, Eça alarga-se numa série de considerações sobre o impacto da mensagem da Revolução Francesa no final do século, sendo desta vez mais contundente nas críticas e mais demorado na análise. A reabilitação desta peça, para mais enriquecida com «episódios inéditos e todos desagradáveis para a Revolução», significa, segundo Eça, o progressivo esquecimento em que vinha caindo a mensagem revolucionária: «Porque (ai de nós!) uma grande indiferença, à maneira da sombra dum crepúsculo, começa a descer sobre a Revolução Francesa» (Queirós, 2002: 609).

Este esquecimento é tanto mais doloroso para o cronista, quanto ele contrasta com o entusiasmo com que, nos tempos universitários de Coimbra, ele próprio e a sua geração vivificavam a Revolução e os seus homens:

De Marat, de Camilo Desmoulins, de Saint-Just, de todos os homens da Revolução nunca dizíamos «era», mas «é», no presente do verbo, porque para nós eles estavam

presentes, sempre vivos, habitando Paris, habitando também Coimbra, vivos e presentes em todo o lugar onde houvesse um coração revolucionário para os compreender. (Queirós, 2002: 610)

O cronista não se restringe a constatar esse esquecimento, alargando-se numa análise histórica e política, tentando mostrar aos seus leitores os factores que terão contribuído para o apagamento da mensagem da Revolução neste final de século, e é muito claro ao apontar o dedo aos políticos da Terceira República:

A Terceira República não faltou a este dever prudente: – e apenas instalada nos palácios onde habitara o Segundo Império, imediatamente desapareceu e recolheu a Revolução. A grande época que até aí andava sempre, em pleno sol, no rumor da vida ambiente, misturada ao redemoinhar das ideias e dos interesses, penetrou no silêncio e na sombra dos arquivos e aí ficou, como cousa finda, aposentada, já catalogada. (Queirós, 2002: 612)

Sintomaticamente, logo após a publicação desta longa carta, Eça de Queirós dedica as três correspondências seguintes, publicadas entre 22 de Novembro e 1 de Dezembro de 1896, à visita do czar Nicolau a Paris. A sucessão dos acontecimentos permitiu ao cronista realçar melhor as contradições internas de França, um país indiferente à mensagem revolucionária, mas exultante com a visita do chefe de um Estado totalitário, e como tal símbolo oposto aos ideais revolucionários: «A muito socialista Municipalidade de Paris recebeu os autocratas russos, tipos supremos do despotismo supremo, com a etiqueta e grave reverência com que um parlamento no velho regime teria acolhido o rei de França e o seu manto de flores-de-lis» (Queirós, 2002: 630), comenta com ironia o desencantado correspondente que, de forma muito perspicaz, percebe e capta as fracturas ideológicas da sociedade francesa, claramente desiludida com o regime republicano.

Se, sob o seu perfil político, a imagem da França que ressalta desta correspondência queirosiana é a de um país em crise, sem identidade e sem poder, a sua imagem social também revela grandes contradições e defeitos, nomeadamente em termos de clivagens socioeconómicas. Numa longa missiva de *Cartas Familiares de Paris*, publicada em cinco folhetins na *Gazeta*, entre 21 e 25 de Abril de 1895, Eça de Queirós, baseando-se num aspecto pontual do quotidiano – um rigoroso e nevado Inverno – espraia-se em considerações sobre o fosso entre ricos e pobres, à semelhança do que fizera já em *Cartas de Inglaterra*, relativamente à sociedade britânica. No entanto, é importante sublinhar que, para o cronista, estas desigualdades sociais, fruto do tempo, são um estigma não só da sociedade parisiense, mas de toda a Europa de fim de século, perante a qual Eça revela grande desencanto e cepticismo. Imbuído de um pensamento humanista, o olhar de Eça volta-se para

os oprimidos, fruto de um século que, apesar dos avanços técnicos, científicos e filosóficos, não conseguiu resolver o eterno problema da miséria humana<sup>14</sup>. O que esta visão revela, para além da aguda consciência de um século fracassado, é que não é apenas a sociedade parisiense que está aqui em causa, pois que, segundo Eça, o problema assume os contornos de uma questão civilizacional ou europeia, se quisermos. Paris é apenas o pretexto ou o exemplo paradigmático da cidade mítica que, neste final de século, vai perdendo o seu brilho, em parte devido a uma progressiva alteração nos costumes sociais, no sentido de uma consciencialização da classe alta para o problema da pobreza e da miséria<sup>15</sup>.

Ora, esta imagem é retomada, como veremos, de um texto escrito em 1890, onde Eça de Queirós revela a sua descrença e o seu desencanto perante uma iminente mudança de regime. Nem a Monarquia, nem a República teriam, na óptica do escritor, a capacidade de enfrentar os profundos problemas sociais e as fracturantes desigualdades das sociedades ocidentais, nessa viragem de século.

### A inquietante República

Talvez o texto queirosiano em que mais declaradamente se detecta uma atitude de anti-republicanismo se encontre na *Revista de Portugal*, escrito na última década do século. Trata-se de uma crónica assinada por «Um espectador», intitulada «Novos factores da política portuguesa»<sup>16</sup>, que é integralmente dedicada à história do republicanismo em Portugal e do seu peso no contexto problemático do final do século.

Neste texto, embora Eça de Queirós jogue com algumas estratégias de distanciamento, a começar pela ambígua escolha do pseudónimo com que o subscreve – «Um espectador» –, é clara a atitude de desconfiança em relação ao movimento republicano como novo sistema político e ideológico.

Em primeiro lugar, Eça considera que a República representa, no contexto de crise e de decadência da última década do século, um último reduto, mais do que uma assumpção ideológica convicta:

De sorte que se vai para a república ou se tende para ela, não por doutrinário, por urgência de mais liberdade e de instituições mais democráticas, mas porque numa já considerável parte do País se vai cada dia radicando mais este desejo: *antes qualquer coisa do que o que está!* (Queirós, 1995: 86)

Em segundo lugar, Eça vai mais longe e considera mesmo a revolução republicana um perigo para a autonomia, para a estabilidade e para a união nacionais:

num tom catastrofista, na parte II do seu artigo, vaticina que «a república não pode deixar de inquietar o espírito de todos os patriotas. Ela seria confusão, a anarquia, a bancarrota» (Queirós, 1995: 93).

Trata-se, de facto, de um texto analítico em que o autor claramente enquadra o crescimento do Partido Republicano no contexto de desilusão e de crise administrativa, política e económica do final do século. O republicanismo surge como o último reduto, inspirado em modelos estrangeiros como a França ou o Brasil, embora suportado por um partido desorganizado, sem líderes carismáticos, sem programa ou ideias claras.

Ora, se na década de 70 os posicionamentos do escritor face à República não eram muito claros, permitindo algumas conjecturas sobre a sua solidariedade para com o embrionário movimento, sobretudo se tivermos em consideração algumas das suas *Farpas* iniciais, neste fim de século o escritor, embora a coberto de um pseudónimo, afasta claramente o regime republicano da esfera de soluções para a pátria moribunda. Encontramos, de forma recorrente, ao longo do texto, o substantivo «perigos» aliado ao republicanismo: assumindo a voz de um conselheiro conservador, Eça alerta para os riscos de uma evolução republicana. Ao fazê-lo, reduz o movimento a uma vaga de descontentes, fruto de um descontentamento colectivo, em parte provindo do então recente *Ultimatum*, e de um desespero individual, criado pela crise económica que alastrava a todas as classes profissionais da média e da baixa burguesias.

Esta visão da República e dos republicanos, apesar de ter sido escrita duas décadas mais tarde do que as cartas públicas a que atrás nos referimos, revela pelo menos da parte de Eça uma postura anti-republicana muito clara. Quer pela sua juventude, quer ainda pelo carácter embrionário do republicanismo no ano de 71, as palavras que o autor deixa nas suas cartas de indignação não são tão duras, nem tão contundentes, até porque não perseguem os mesmos objectivos analíticos do texto da década de 90. Se dúvidas houvesse quanto ao posicionamento de Eça relativamente à República e aos republicanos neste final de século, bastaria chamarmos à colação uma carta privada, dirigida a Oliveira Martins e datada de Paris, 5 de Fevereiro de 1891, em que o escritor se refere em termos contundentes à Revolução de 31 de Janeiro desse ano, no Porto:

Telegrafei-te, perguntando se querias, ou podias, fazer o artigo que a Revista não pode deixar de publicar sobre esse furúnculo revolucionário que rebentou no Porto, como sintoma de doença geral. (Queirós, 1983: 153)

É este o início da missiva em que Eça de Queirós convida Oliveira Martins a escrever um artigo para a *Revista de Portugal* sobre essa primeira revolução repu-

blicana que adjectiva disforicamente de «furúnculo revolucionário». Justifica-se em seguida por não poder ser ele próprio a produzir o dito artigo, alegando a distância que o separa do palco dos acontecimentos «alumiado apenas pela lanterna mortíça da Agência Havas». Apesar de tudo, confirma a opinião geral que em Paris é veiculada sobre essa tentativa frustrada de mudança de regime:

Esse é o começo da *débâcle* [...] é natural que o caso do Porto seja um *lever de rideau*, e que o partido republicano, que, em Lisboa e nas cidades da província, permanece intacto e imperturbado, sem ter perdido nem um homem, nem um ceitel, nem uma ilusão, prepare para breve o drama a sério. (Queirós, 1983: 154)

Se no texto da *Revista de Portugal*, a que atrás fizemos referência, a análise do republicanismo é subscrita por um pseudónimo, aqui, num acto de comunicação privado, Eça declara com firmeza a sua relutância relativamente à República e ao Partido Republicano. É interessante verificarmos que, em termos de afirmação pública, a contundência das suas críticas é camuflada sob um outro nome, uma outra assinatura, mas que, no domínio privado, essas críticas e esses posicionamentos aparecem claramente assumidos. Esta atitude pode ter diversas leituras. Estaria Eça a adiar uma afirmação pública das suas ideias relativas ao novo regime por não ter a certeza absoluta das suas convicções? Desejaria manter-se numa atitude de certo distanciamento, favorecido aliás pela distância geográfica, relativamente ao que se passava no país? Ou, por outro lado, temeria afirmar as suas ideias, num contexto que inevitavelmente conduziria o país para a República?

Na nossa opinião, apesar de os posicionamentos do escritor no que a este tema dizem respeito nunca terem sido muito claros, julgamos que Eça sempre manifestou, desde a década de 70, muitas reservas quanto ao republicanismo. Apesar disso, sublinhamos que, nesse remoto ano de 1871, especialmente no conturbado clima do mês de Maio (mês da realização do programa das Conferências do Casino, como já se disse), Eça, ao escrever essas missivas aos directores dos dois periódicos, manifesta o vivo desejo de que o não identifiquem publicamente com o movimento republicano: fá-lo através das cartas, publicadas em dois jornais que, como é sabido, sempre apoiaram as intervenções e as propostas dos membros da sua geração.

Naturalmente que o escritor-jornalista beneficiou do ambiente de liberdade de imprensa que se instaurou no nosso país a partir da Regeneração, sobretudo devido à publicação de um conjunto de decretos que estipulavam as leis da propriedade literária e da liberdade de imprensa<sup>17</sup>. Este período que, segundo os estudiosos, se estende de 1851 a 1890, ano em que surge uma nova «lei das rolhas», é um tempo de acalmia política, em que numerosos jornais de diferentes tipos e feições flores-

ceram. É o tempo em que emerge a imprensa operária, a imprensa republicana e a socialista. É o tempo em que Eça e Ramalho publicam as suas *Farpas*, onde, com ironia e algum sarcasmo, expõem os principais podres da nação. Só num ambiente de liberdade de expressão se entende a dureza das suas críticas, a presença da sua ironia e a coragem de pôr em causa todos os poderes constituídos.

Na década de 90, quando se reinstala uma nova «lei das rolhas», Eça desfrutou da liberdade de escrever em jornais estrangeiros, a partir do estrangeiro, daí que não tenha sentido directamente as repressões do início do reinado de D. Carlos. Além disso, nesta época, o escritor tinha já conquistado uma posição no mundo das letras que lhe permitia gozar de amplas liberdades: Eça era quase um «cortesão», amigo próximo do Conde de Arnoso, como é sabido, secretário particular do rei.

A leitura do panegírico da rainha D. Amélia, publicado na *Revista Moderna*, a 15 de Janeiro de 1898, e publicado em *Notas Contemporâneas*, ilustra bem a proximidade quase bajuladora de Eça de Queirós à corte. Guerra da Cal informa, inclusive, que a própria rainha felicitou o romancista pelo texto (Guerra da Cal, 1975: 295). Trata-se de um retrato em que se enaltecem as qualidades da rainha de Portugal: a sua beleza, a sua graça, a sua bondade, a sua cultura, o modo como acolheu o conceito da nova pátria no seu coração, etc. Um retrato oficial que, na nossa opinião, aponta claramente para uma aproximação do escritor à corte.

Não se tratando de uma manifestação clara de anti-republicanismo, este panegírico da rainha D. Amélia não deixa de insinuar uma atitude que podemos adjectivar de bajuladora, mais característica de um poeta áulico das cortes *ancien régime* do que de um escritor que sempre olhou com desconfiança e com saudável distanciamento as instituições e os poderes constituídos. Curiosamente, e cremos que por temer este rótulo, Eça termina o texto afirmando a sua desilusão e cepticismo perante qualquer dos regimes alternativos neste fim de século:

Depois, a presença angustiada das misérias humanas, tanto velho sem lar, tanta criança sem pão, e a incapacidade ou indiferença de monarquias e repúblicas para realizar a única obra urgente do mundo – «a casa para todos, o pão para todos» lentamente me tem tornado um vago anarquista entristecido, idealizador, humilde, inofensivo... (Queirós, 1986: 1615)

Se o retrato dedicado à rainha aponta para um Eça cortesão, próximo da monarquia, estas palavras finais trazem consigo uma nota dissonante que não se coaduna com um panegírico tradicional. Elas são a expressão de um sentido de desistência e desânimo, bem adequado a um vencido da vida, para quem já não há soluções redentoras, nem na Monarquia, nem na República.



## NOTAS

- <sup>1</sup> A equipa da Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós republicou e reordenou estes textos. Alguns deles estão publicados em: Eça de Queirós (2004), *Textos de Imprensa I (da Gazeta de Portugal)*, Edição de Carlos Reis e Ana Teresa Peixinho, Lisboa, INCM. Outros serão publicados num volume de contos e outros ainda no volume das suas cartas públicas.
- <sup>2</sup> Das poucas referências a este jornal portuense, encontrámos uma, presente na resenha biográfica de Alves da Veiga, um dos republicanos envolvidos na revolta do Porto de 1891, que dá conta do seguinte: «[Alves da Veiga] foi um dos redactores da *Actualidade*, jornal que se publicou para se fundar o centro eleitoral republicano» (Amaral, 2000).
- <sup>3</sup> «A *Actualidade*, Porto, 1874. Propriedade de Anselmo Evaristo Moraes Sarmiento. Publica-se entre 1 de Fevereiro de 1874 a 31 de Julho de 1891» (Rafael & Santos, 2001).
- <sup>4</sup> Brevemente será publicada a edição crítica destas cartas, no âmbito do projecto de Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós. Actualmente, muitas destas cartas encontram-se em obras diversas, como teremos oportunidade de especificar sempre que tal se justifique.
- <sup>5</sup> Esta carta foi publicada pela primeira vez na *Gazeta de Portugal*, no âmbito da segunda série de folhetins dominicais que Eça para aí escrevera, e saiu a 3 de Novembro de 1867 (Guerra da Cal, 1975: 164).
- <sup>6</sup> Trata-se de uma carta que acompanhou o texto «Fraternidade», com que Eça colaborou no número único de *Anátema*, revista organizada como forma de protesto contra o *Ultimatum* inglês. Segundo Guerra da Cal, «el artículo de Eça fue escrito entre el 15 de Enero y el 5 de Febrero de ese año [1890], fecha esta última que es la data de la carta con la que acompaño el envío de su trabajo» (Guerra da Cal, 1975: 249). Na opinião de Guerra da Cal, a carta que acompanhou o texto encontra-se publicada num jornal não identificado, posterior a 1931, que integra o arquivo queirosiano de Tormes (Guerra da Cal, 1975: 448).
- <sup>7</sup> O *Jornal do Comércio* era um jornal de Lisboa, propriedade de João Ferreira da Silva e de Mateus Pereira d'Almeida e Silva, criado em 1853. O *Diário Popular* foi fundado em Lisboa, em 1866, fruto da fusão de *O Noticiário Português* e *As Noticias*.
- <sup>8</sup> Para os autores do *Direito da Comunicação Social*, o direito de resposta revela duas funcionalidades complementares: por um lado, garantir a defesa da reputação dos cidadãos; por outro, difundir versões alternativas, «facultando ao público o acesso a pontos de vista divergentes ou contraditórios sobre o mesmo assunto, contribuindo assim para diversificar a informação» (Carvalho *et al.*, 2003: 221).
- <sup>9</sup> Guerra da Cal dá-nos a seguinte informação sobre esta carta: «[...] publicada en la sección “Interior” con el epígrafe “Esclarecimiento”, como rectificación de la noticia dada por el periódico en esa misma sección dos días antes, en la que se afirmaba que Eça formaba parte, con Antero de Quental, Oliveira Martins y Simão Dias, un grupo que había fundado un centro republicano en la Rua da Prata, de Lisboa» (Guerra da Cal, 1975: 177). Esta carta encontra-se publicada em Queirós, 1973: 81-82.
- <sup>10</sup> Esta carta assinada por Eça e por Ramalho, «rectifica la afirmación hecha en el periódico de que *Farpas* era una publicación republicana» (Guerra da Cal, 1975: 177). Encontra-se publicada em Queirós, 1945: 328. Tanto esta como a carta referida na nota anterior serão editadas no volume de *Cartas Públicas*, na Edição Crítica da Obra de Eça de Queirós, a sair brevemente.
- <sup>11</sup> *A Berlinda* foi uma publicação lançada a 5 de Julho de 1870 por Rafael Bordalo Pinheiro e Alfredo Ribeiro, como «reproduções d'um álbum humorístico ao correr do lápis» (Rafael & Santos, 2001:

102). Segundo Guilherme de Oliveira Martins, foi o último número desta folha que a tornou célebre e muito citada, pois tem como tema a proibição das Conferências do Casino: «As Conferências Democráticas proibidas no Largo da Abegoaria são o prato forte. [...] A 5 de Julho, Rafael Bordalo Pinheiro manifesta claríssima simpatia pelo “espírito das Conferências” e pelos seus protagonistas. O entusiasmo é tal que ele se inclui entre os injustiçados. São 30 imagens ordenadas em cinco planos com legendas do próprio desenhador. Ávila é representado com as penas de pavão e o seu inefável *cache-nez*. Carlos Bento, o ministro da Fazenda, pede esmola (sempre os efeitos da crise...). Contra a decadência burguesa saem de dentro de um barrete frígio os heróis – “nós!” – Antero, Eça, Batalha Reis, Soromenho, Saragga e Adolfo Coelho» (Martins, 2005: 2).

<sup>12</sup> Sobre a ideologia das *Farpas* queirobianas, veja-se Saraiva, 2000: 87-108, capítulo onde se realça a importância de Proudhon e de Taine na estruturação do pensamento de Eça a partir de 1870.

<sup>13</sup> Segundo Neuma Cavalcante e Elza Miné, na *Gazeta de Notícias*, «não consta aqui o nome da secção Cartas Familiares de Paris, embora a localização no jornal seja a mesma» (Miné e Cavalcante *apud* Queirós, 2002: 607).

<sup>14</sup> «Enganados pela ciência, embrulhados nas sutilezas balofas da economia política, maravilhados como crianças pelas habilidades da mecânica, durante setenta anos construímos freneticamente vapores, caminhos de ferro, máquinas, fábricas, telégrafos, uma imensa ferramentagem, imaginando que por ela realizaríamos a felicidade definitiva dos homens e mal antevendo que aos nossos pés, e por motivo mesmo dessa nossa civilização utilitária se estava criando uma massa imensa de miséria humana, e que, com cada pedaço de ferro que fundíamos e capitalizávamos, íamos criar mais um pobre!» (Queirós, 2002: 579).

<sup>15</sup> «Havia pois famílias, que andam quase nuas, e dormem durante os mais duros Invernos na terra húmida, e comem apenas as hortaliças podres que vão apanhar à noite no lixo e nos enxurros, à roda dos mercados. A gente que tem uma conta larga no alfaiate, e é muito difícil na escolha do seu *champagne*, não podia acreditar que na rica Londres do século XIX houvesse tais vergonhas públicas» (Queirós, 2002: 578).

<sup>16</sup> Este texto foi publicado no volume II, n.º 4, Abril, 1890, pp. 526-541 da *Revista de Portugal* (Santana, 1995: 38), e a identificação de sua autoria foi revelada, em 1975, por Ernesto Guerra da Cal: «[...] este artículo, en el que se hace la historia del republicanismo en Portugal, habia sido hasta ahora atribuido a Oliveira Martins [...]. La razón de esta falsa atribución es fácilmente explicable: Eça lo firmó con el pseudónimo “Um espectador” y como Oliveira Martins usaba el de “Spectator” en la propia *Revista de Portugal*, la identificación de ambos era natural. Sin embargo, recientemente se ha revelado la existencia de un original autógrafa compuesto de una serie de hojas de papel de 31 x 30 cm, escritas por un solo lado, con un amplio margen a la izquierda, e inequívocamente salidas de la pluma de Eça» (Guerra da Cal, 1975: 248). O texto encontra-se, presentemente, publicado em: Queirós, 1995: 83-95.

<sup>17</sup> Como explica José Tengarrinha, «abre-se, então, com a Regeneração, um período de grandes facilidades para a imprensa, através de várias disposições legislativas, entre as quais destacamos: Decreto de 24 de Maio de 1851, que mandou ficar em “perpétuo silêncio” todos os processos por abuso de liberdade de imprensa requeridos pelo Ministério Público; Decreto de 8 de Julho de 1851, regulando a propriedade literária [...]; Decreto de 1 de Outubro de 1856, estabelecendo que as leis da liberdade de imprensa se observassem também no Ultramar» (Tengarrinha, 1989: 184).

## BIBLIOGRAFIA ACTIVA

- ORTIGÃO, Ramalho (2006), *Em Paris*, 1.ª ed., Lisboa: Esfera do Caos Editores.
- QUEIRÓS, Eça de (1945), «Carta Pública ao Director do *Diário Popular*», in Cabral, António, *Eça de Queiroz. A Sua Vida e a Sua Obra. Cartas e Documentos Inéditos*, Lisboa: Bertrand, p. 238.
- QUEIRÓS, Eça de (1973), «Carta Pública ao Director de *O Jornal do Comércio* de Lisboa», in Cabral, Alexandre, *Notas Oitocentistas I*, Lisboa: Plátano Editora, pp. 81-82.
- QUEIRÓS, Eça de (1983), *Correspondência*, Edição de Guilherme de Castilho, Lisboa: INCM.
- QUEIRÓS, Eça de (1986), «A Rainha», in *Notas Contemporâneas, Obras de Eça de Queiroz*, vol. 2, Porto: Lello & Irmão – Editores, pp. 1607-1616.
- QUEIRÓS, Eça de (1995), *Textos de Imprensa* (vol. VI: da *Revista de Portugal*), edição crítica de Helena Santana, Lisboa: INCM.
- QUEIRÓS, Eça de (2002), *Textos de Imprensa* (vol. IV: da *Gazeta de Notícias*), edição crítica de Elza Miné e Neuma Cavalcante, Lisboa: INCM.

## BIBLIOGRAFIA CRÍTICA

- AMARAL, Manuel (ed.) (2000), *Portugal Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, [www.arqnet.pt/dicionario](http://www.arqnet.pt/dicionario).
- CARVALHO, Arons *et al.* (2003), *Direito da Comunicação Social*, 1.ª ed., Lisboa: Editorial Notícias.
- GUERRA DA CAL, Ernesto (1975), *Lengua y Estilo de Eça de Queiroz. Apêndice: Bibliografía Queirociana sistemática y anotada e iconografía artística del hombre y la obra*, tomo 1.º, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- MACHADO, Álvaro Manuel (1998), *A Geração de 70*, 4.ª ed., Lisboa: Editorial Presença.
- MARTINS, Guilherme de Oliveira (2005), «Uma Berlinda em Bolandas», [www.purl.pt/273/1/guilherme-oliveira-martins.html](http://www.purl.pt/273/1/guilherme-oliveira-martins.html).
- MATTOSO, José (dir.) (1994), *História de Portugal*, 6.º vol., Lisboa: Círculo de Leitores.
- MEDINA, João (1984), *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*, Lisboa: Dom Quixote.
- MOREIRA, Vital (1994), *O Direito de Resposta na Comunicação Social*, Coimbra: Coimbra Editora.
- RAFAEL, Gina Guedes; SANTOS, Manuela (2001), *Jornais e Revistas Portugueses do Séc. XIX*, vol. I, Lisboa: Biblioteca Nacional.
- REIS, Carlos (1990), *As Conferências do Casino*, Lisboa: Alfa.

REIS, Carlos (2000), *O Essencial sobre Eça de Queirós*, Lisboa: INCM.

SANTANA, Maria Helena (1995), «Introdução» a *Textos de Imprensa* (vol. VI: da *Revista de Portugal*), edição crítica das Obras de Eça de Queirós, Lisboa: INCM, pp. 15-48.

SARAIVA, António José (1995), *A Tertúlia Ocidental*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Gradiva.

SARAIVA, António José (2000), *As Ideias de Eça de Queirós*, 1.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Gradiva.

TENGARRINHA, José (1989), *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Caminho.